

São Paulo, 09 de janeiro de 2007

NOTA À IMPRENSA

Em 2006, custo da cesta básica sobe apenas em três capitais

A variação de preços do conjunto de gêneros alimentícios essenciais foi negativa em 2006, em 13 das 16 capitais onde o DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – realiza, mensalmente, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica. Este comportamento é bastante diferente do apurado em 2005, quando todas as localidades pesquisadas tinham registrado aumentos no custo da cesta que variaram entre 0,15% e 16,16%.

Quando se comparam os preços de dezembro de 2006 com igual mês, em 2005, verifica-se que os itens essenciais, conforme definição no Decreto Lei 399, de abril de 1938 – única legislação que estabelece parâmetros sobre produtos que devem compor uma cesta básica – só subiram em Natal (3,53%), Goiânia (2,23%) e Belém (0,25%), e ainda assim, as elevações foram bem inferiores ao aumento de 16,67% concedido ao salário mínimo a partir de abril de 2006. As retrações mais significativas ocorreram em João Pessoa (-7,41%), Recife (-5,82%), Aracaju (-5,29%) e Curitiba (-5,05%).

A predominância de variação anual negativa no custo da cesta básica permitiu forte queda no tempo de trabalho necessário para que aqueles que ganham salário mínimo adquirissem os itens essenciais. Em dezembro de 2006, na média das 16 capitais pesquisadas, a compra dos produtos alimentícios de primeira necessidade exigiu o cumprimento de uma jornada de 98 horas e 12 minutos. Em igual mês, em 2005, era necessária a execução de 117 horas e 29 minutos para se obterem os mesmos bens.

Também a parcela do salário mínimo líquido – após a dedução do percentual destinado à Previdência – comprometida com a aquisição dos gêneros essenciais apresentou significativa redução, correspondendo, em dezembro último, a 48,33% do rendimento recebido pelo trabalhador que ganha salário mínimo, enquanto em dezembro de 2005 eram necessários 57,83% do menor valor então pago.

Porto Alegre foi a cidade que, nos dois anos, registrou o maior custo para a cesta básica, em dezembro. Em 2006, a compra dos produtos básicos ficou em R\$ 186,23, na capital gaúcha, enquanto em 2005 os mesmos itens custavam R\$ 191,30. Também o segundo maior valor foi apurado, nos dois anos, na mesma cidade, no caso, São Paulo: R\$ 182,05, em 2006 e R\$ 183,43, em 2005. Já no que se refere ao menor valor para a cesta básica, em dezembro último, a cidade com os gêneros essenciais mais baratos foi Recife (R\$ 132,14) e, em 2005, o menor valor foi registrado em Fortaleza (R\$ 133,04). Esta última localidade teve o segundo menor valor, em 2006 (R\$ 132,92) e Natal encontrava-se nesta posição em 2005 (R\$ 135,92).

TABELA 1
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica em dezesseis capitais
Brasil – Dezembro 2006

Capital	Variação Anual (%)	Valor da Cesta (R\$)	Variação Mensal (%)	Porcentagem do Salário Mínimo Líquido	Tempo de Trabalho
Natal	3,53	140,72	2,13	43,54	88h 27min
Goiânia	2,23	152,44	2,19	47,16	95h 49min
Belém	0,25	157,16	0,44	48,62	98h 47min
Fortaleza	- 0,09	132,92	2,82	41,12	83h 33min
São Paulo	- 0,75	182,05	- 1,75	56,32	114h 26min
Salvador	- 1,02	134,81	-4,04	41,71	84h 44min
Florianópolis	- 2,33	168,70	- 5,43	52,16	105h 59min
Porto Alegre	- 2,65	186,23	-3,01	57,62	117h 04min
Brasília	- 3,02	171,85	-1,09	53,17	108h 01min
Belo Horizonte	-3,05	171,49	-4,33	53,06	107h 48min
Rio de Janeiro	- 3,76	171,39	-4,30	53,02	107h 44min
Vitória	-4,49	158,17	-3,46	48,93	99h 25min
Curitiba	- 5,05	167,98	-5,34	51,97	105h 35min
Aracaju	-5,29	137,61	-5,38	42,57	86h 30min
Recife	- 5,82	132,14	- 1,89	40,88	83h 04min
João Pessoa	- 7,41	133,88	-1,28	41,42	84h 09min

Fonte: DIEESE

Os preços em 2006

Na comparação entre dezembro último e igual mês, em 2005, apesar de o custo da cesta haver caído em 13 capitais, grande parte dos produtos teve alta na maioria das localidades onde seus preços são acompanhados. Três itens destacam-se por terem aumentado em todas as 16 cidades: arroz, açúcar e óleo de soja.

O arroz – que se encontrava, em dezembro, no auge da entressafra, chegou a apresentar elevações, em 12 meses, superiores a 20,0%, como se verificou em Belém (35,42%), Porto Alegre (34,31%), Belo Horizonte (27,05%) e Curitiba (22,14%). As menores taxas ocorreram em Brasília (0,65%), Goiânia (2,90%) e Aracaju (4,43%). Com o início da colheita, em janeiro, a oferta deve crescer e os preços baixarem, caso intensas chuvas não prejudiquem regiões produtoras.

O aumento do açúcar variou entre 10,16%, em Porto Alegre, a 32,95%, em Goiânia. O crescimento da demanda pelo produto no mercado internacional provocou, em 2006, a alta em seu preço. O patamar elevado deve permanecer até abril/maio, quando começa o período de safra.

No caso do óleo de soja, a alta também foi significativa e apenas duas cidades registraram aumentos inferiores a 10,0%: Fortaleza (2,92%) e Goiânia (4,60%). Nas demais localidades, as variações ficaram entre 10,34%, em Belém, e 37,36%, em Aracaju. Os preços da soja no mercado internacional subiram e, apesar de o câmbio ter permanecido baixo, os produtores da soja têm preferido a exportação, o que eleva o preço do óleo no mercado interno.

Catorze cidades apresentaram alta no custo da carne, com as maiores taxas observadas em Porto Alegre (13,53%), Recife (7,47%), Belém (6,30%) e Belo Horizonte (5,79%). Em Aracaju houve estabilidade e pequena oscilação para baixo ocorreu em Vitória (-0,23%). Há um ano, com a vigência de restrições de importação à carne brasileira imposta por vários países e em plena safra, o produto foi ofertado no mercado interno a preços mais baixos. O crescimento das exportações ao longo de 2006 alterou a situação e determinou a elevação para a comercialização no país.

A quebra da produção do trigo nacional e a maior necessidade de importação acabou por justificar elevações no preço do pão, em 2006, em 12 cidades. As maiores altas foram constatadas em Florianópolis (14,46%), Goiânia (13,98%) e Natal (10,41%). Não houve alteração em Aracaju e reduções foram apuradas em João Pessoa (-3,13%), Vitória (-2,66%) e Fortaleza (-0,88%).

A forte retração em alguns itens foi importante para definir a redução no custo da cesta. Este foi o caso do tomate, que apresentou recuos expressivos em 14 capitais,

particularmente em Recife (-54,55%), João Pessoa (-53,85%), Aracaju (-43,06%) e Porto Alegre (-38,46%). As altas foram apuradas em Fortaleza (3,57%) e Goiânia (0,60%).

O preço do feijão caiu em 13 capitais, com o registro de elevadas taxas em algumas delas, principalmente no Sul e Sudeste, como Florianópolis (-39,07%), Vitória (-35,07%), Porto Alegre (-33,74%) e Rio de Janeiro (-31,99%). Diferentemente de 2005, quando as safrinhas do feijão tiveram quebras, no ano passado a produção foi mais significativa e suficiente para repor os estoques. Com a colheita da principal safra, a das águas, o preço pode cair nos próximos meses.

Um terceiro produto determinante para a redução do custo da cesta, em 2006, foi a batata, cujo preço é acompanhado apenas nas nove capitais do Centro Sul. Houve queda em todas elas, com variações entre -39,25%, em São Paulo, e -58,65%, em Belo Horizonte. A colheita, no ano passado, foi bem maior que em 2005, permitindo o barateamento significativo.

Comportamento em dezembro

Quatro capitais registram aumento no custo da cesta básica, em dezembro de 2006: Fortaleza (2,82%), Goiânia (2,19%), Natal (2,13%) e Belém (0,44%). Dentre as 12 localidades onde houve queda, as mais expressivas verificaram-se em Florianópolis (-5,43%), Aracaju (-5,38%) e Curitiba (-5,34%).

Na capital gaúcha, o custo da cesta básica recuou 3,01% em comparação com novembro. Ainda assim, seu valor (R\$ 186,23) serviu de base para o cálculo do salário mínimo necessário.

Assim, levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as necessidades de um trabalhador e de sua família com alimentação, moradia, saúde, transportes, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência, o DIEESE estima, que, em dezembro de 2006, o salário mínimo necessário deveria corresponder a **R\$ 1.564,52**, 4,47 vezes o mínimo vigente de R\$ 350,00. Em dezembro de 2005, seu valor deveria ser de R\$ 1.607,11, ou 5,36 vezes o piso de R\$ 300,00. Em novembro último, o salário mínimo necessário era bem maior, e chegava a R\$ 1.613,08.

O tempo de trabalho necessário para a aquisição da cesta básica na média das 16 capitais reduziu-se em pouco mais de duas horas, em comparação com novembro (100 horas e 29 minutos), correspondendo, em dezembro, a 98 horas e 12 minutos e voltando, portanto, a ficar abaixo de 100 horas (o que foi registrado em outros sete meses, ao longo do ano). Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido comprometido com a compra da cesta básica também houve redução, passando de 49,46%, em novembro, para 48,33%, em dezembro.

Variação mensal dos preços

A predominância de queda no custo da cesta básica, em dezembro, foi fortemente influenciada pelo comportamento do preço do tomate, produto sempre sujeito a oscilações. Em todas as 12 capitais onde o custo do conjunto de gêneros essenciais caiu, o tomate registrou queda. Por outro lado, dentre as quatro cidades com aumento para os bens básicos, três apresentaram elevação no preço do item. Colaboraram também a redução verificada em itens como carne, açúcar, feijão e, particularmente nas capitais do Centro-Sul, a batata.

Alguns produtos porém apresentaram alta na maior parte das cidades, caso do arroz, do óleo de soja, café e manteiga.

A elevação do preço do arroz – registrada em 15 localidades – derivou do fato de o produto estar no pico da entressafra, e sua colheita ter início em janeiro. Curitiba (7,36%), Salvador (7,17%), Aracaju (6,71%) e João Pessoa (6,58%) tiveram as altas mais expressivas, enquanto Porto Alegre registrou a única retração (-3,52%).

Também em 15 capitais foram apurados aumentos para o óleo de soja, 11 delas com alta superior a 10%. Os destaques foram Aracaju (29,89%), Salvador (18,03%), Porto Alegre (15,00%), Belo Horizonte (14,36%) e João Pessoa (14,08%). Em Fortaleza houve recuo de -0,56%. O aumento do preço do produto está relacionado à elevação da soja no mercado internacional.

O café encareceu em 10 cidades, em especial em Salvador (5,16%), Rio de Janeiro (4,52%) e Aracaju (3,83%). Houve estabilidade em João Pessoa e Natal, e redução em Porto Alegre (-1,26%), Fortaleza (-2,01%), Recife (-3,31%) e Florianópolis (-5,35%). Igualmente em 10 cidades subiu o preço da manteiga, com destaque para Vitória (18,79%) e Recife (9,26%).

Dos itens que apresentaram majoritariamente queda, em dezembro, um dos destaques foi o tomate – cujo preço teve redução em 13 localidades, em especial em Vitória (-32,08%), Porto Alegre (-30,86%) e Curitiba (-28,83%). As elevações ocorreram em Goiânia (29,46%), Fortaleza (20,83%) e Natal (7,59%).

Onze capitais registraram retração no custo do açúcar, cujas variações mais expressivas foram verificadas em Recife (-8,82%) e Belo Horizonte (-6,32%). A maior alta ocorreu em Natal (4,00%).

A carne bovina, principal componente da cesta básica, ficou mais barata em 10 localidades. As maiores quedas foram verificadas em Aracaju (-14,39%), Florianópolis (-4,52%), Vitória (-3,47%) e Brasília (-3,02%).

São Paulo tem menor jornada desde 1971

Em São Paulo, o custo da cesta básica recuou 1,75%, em dezembro de 2006, e fechou o ano custando R\$ 182,05. Em relação a dezembro de 2005, o preço dos itens essenciais reduziu-se em 0,75%. Dentre as 13 capitais em que o custo da cesta caiu em 12 meses, apenas uma (Fortaleza, com -0,09%) registrou queda menor que a capital paulista.

O total de produtos com queda e com aumento de preços, em São Paulo, em dezembro, foi equilibrado e, um dos treze itens, o leite in natura tipo C, ficou estável no período. Os seis produtos cujos preços tiveram redução foram: tomate (-10,36%), batata (-8,13%), banana nanica (-3,99%), carne bovina de primeira (1,46%), açúcar refinado (-1,32%) e feijão carioca (-0,78%). Os aumentos também foram apurados para seis itens: óleo de soja (9,47%), farinha de trigo (5,08%), arroz agulhinha tipo 1 (3,45%), café em pó (1,66%), pão francês (1,41%) e manteiga (0,94%).

Na comparação com dezembro de 2005, predominaram os produtos com elevação – situação apurada para oito itens: manteiga (0,68%), carne (3,63%), pão (3,93%), farinha de trigo (6,44%), açúcar (14,50%), óleo de soja (15,56%), arroz (17,19%) e banana (20,10%). O preço do leite manteve-se inalterado e quatro produtos registraram queda: feijão (-0,78%), café (-7,03%), tomate (-18,11%) e batata (-39,25%).

Quando se considera o valor do salário mínimo líquido – após o desconto da parcela referente à Previdência Social – verifica-se que 56,32% do total recebido pelo trabalhador paulistano que ganha o piso nacional foi comprometido, em dezembro último, com a aquisição do conjunto de bens essenciais. Este percentual é ligeiramente inferior ao exigido em novembro (57,33%) e bem menor que aquele necessário em dezembro de 2005 (66,21%), uma vez que em 2006, o salário mínimo teve aumento real.

Também se verifica esta valorização do rendimento quando se considera o total de horas que o trabalhador paulistano remunerado pelo salário mínimo tem que cumprir para comprar os gêneros essenciais: em dezembro de 2006 eram necessárias 114 horas e 26 minutos para a aquisição dos mesmos bens que em novembro exigiam 116 horas e 28 minutos, e cerca de 20 horas a menos que o comprometido com a mesma compra em dezembro de 2005 (134 horas e 31 minutos)

O processo de valorização do salário mínimo verificado nos últimos anos – e em particular, o aumento real que entrou em vigor em abril, com a elevação do mínimo para R\$ 350,00 - permitiram que, em 2006, a jornada média anual exigida para a compra da cesta básica, na capital paulista, correspondesse a 115 horas e 53 minutos. Este patamar é o menor registrado pelo DIEESE desde 1971, quando ficava em 111 horas e 48 minutos (Tabela 2).

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Comprometimento do salário mínimo com a compra da cesta básica
Município de São Paulo – 1959/2004

ANO	CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO (EM %)	JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIA	ANO	CESTA BÁSICA X SALÁRIO MÍNIMO (EM %)	JORNADA DE TRABALHO NECESSÁRIA
1959	27,12	65H 05 MIN	1991	74,79	164H 32 MIN
1960	33,96	81H 30 MIN	1992	85,56	188H 14 MIN
1961	29,96	71H 54 MIN	1993	78,07	171H 46 MIN
1962	39,50	94H 48 MIN	1994	102,35	225H 10 MIN
1963	40,97	98H 20 MIN	1995	99,69	219H 18 MIN
1964 ⁽¹⁾	-	-	1996	88,08	193H 46 MIN
1965	36,74	88H 10 MIN	1997	81,32	178H 56 MIN
1966	45,52	109H 15 MIN	1998	81,98	180H 22 MIN
1967	43,85	105H 14 MIN	1999	79,86	175H 42 MIN
1968	42,33	101H 35 MIN	2000	78,47	172H 38 MIN
1969	45,97	110H 20 MIN	2001	73,51	161H 42 MIN
1970	43,82	106H 11 MIN	2002	70,53	155H 10 MIN
1971	46,58	111H 48 MIN	2003	73,20	161H 04 MIN
1972	49,65	119H 09 MIN	2004	68,09	149H 48 MIN
1973	61,25	147H 00 MIN	2005	62,60	137H 43 MIN
1974	68,10	163H 26 MIN	2006	52,67	115H 53 MIN
1975	62,36	149H 39 MIN			
1976	65,63	157H 30 MIN			
1977	59,30	142H 19 MIN			
1978	57,34	137H 37 MIN			
1979	63,78	153H 04 MIN			
1980	65,57	157H 22 MIN			
1981	62,36	149H 40 MIN			
1982	54,74	131H 22 MIN			
1983	73,56	176H 33 MIN			
1984	81,10	194H 38 MIN			
1985	74,38	178H 30 MIN			
1986	78,89	189H 20 MIN			
1987	86,86	208H 28 MIN			
1988 ⁽²⁾	71,34	167H 48 MIN			
1989	77,88	171H 20 MIN			
1990	92,42	203H 19 MIN			

Fonte: DIEESE

Nota: (1) Por motivos alheios a sua vontade, o DIEESE não possui os preços de 1964

(2) De janeiro a setembro, foi considerada a jornada legal de 240 horas. De outubro em diante, 220 horas.